

ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

Edital 76/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
76/2026	380117-ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ	VAGNER GULMINI	15/06/2026 16:50 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	29/2026	006.00260388/2026-84

Capa

PREGÃO

ELETRÔNICO

380117-90014/2026

CONTRATANTE (UASG)

380117

OBJETO

Aquisição de ITENS DO KIT DE HIGIENE PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE (PPL), COM ENTREGA ÚNICA NO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 511.247,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

**Menor preço por item**

MODO DE DISPUTA:

**Aberto**

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM**

**Sumário**

1.	DO OBJETO	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	11
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	15
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	16
11.	DOS RECURSOS	16
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20

**Preâmbulo**

**EDITAL Nº 90014/2026**  
**(artefato digital nº 76/2026)**

# COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380117-90014/2026

Processo Licitatório SEI nº 006.00260388/2026-84

Torna-se público que o **Complexo Penal de Pirajuí**, por meio da **Seção de Finanças e Suprimentos**, sediado(a) na Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman, km 6, s/nº, Bairro Aeroporto, Zona Rural do município de Pirajuí (SP), CEP: 16.602-900, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação são **ITENS DO KIT DE HIGIENE PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE (PPL)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para **todos os itens** a participação é **exclusiva** a microempresas e empresas de pequeno porte **(ME e EPP)**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOC.**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item

5.1.2. Marca e modelo;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,02 (dois centavos de real)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

7.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.9.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.12.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-nanceira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico:  
**[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0)**

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;



12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação [ou a ata de registro de preços (caso se trate de licitação para registro de preços)] no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): **cleuberjunior@sp.gov.br**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, **no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet: **<https://www.comprasnet.gov.br>**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de Nota de Empenho.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto Estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico: <https://www.comprasnet.gov.br/>

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.16.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.16.3. ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;
- 14.16.4. ANEXO IV – Modelo referente à planilha de proposta;
- 14.16.5. ANEXO V – Modelo de Declaração para Habilitação;

**Pirajuí (SP), na data da assinatura digital.**

**CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR**

Chefe de Departamento de Complexo Penal

Autoridade Competente

Modelo conforme:

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Edital de Pregão

Versão atualizada em: **03/03/2026 (divulgada em 08/04/2026)**

## **15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo o Edital nº 380117-90014/2026 (artefato digital nº 76/2026) e autorizo o prosseguimento da contratação, observando-se os dispositivos legais vigentes. Publique-se.

**CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 16:50:03.





## ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

## Termo de Referência 75/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
75/2026	380117-ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ	VAGNER GULMINI	15/06/2026 15:38 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	29/2026	006.00260388/2026-84

## Preâmbulo

## TERMO DE REFERÊNCIA

## COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

Processo SEI nº 006.00260388/2026-84

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **ITENS DO KIT DE HIGIENE PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE (PPL)**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE	ITEM SIAFÍSICO	ITEM COMPRAS	VALOR UNITÁRIO REFERENCIAL (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
1	BARBEADOR, DE PLÁSTICO, TIPO DESCARTÁVEL, COM 2 LÂMINAS DE AÇO INOX PARALELAS, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO	10.000	UNID	956503	283964	0,56	5.600,00
	BERMUDA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA DE 210G/M², CONSTRUÇÃO DO TIPO SARJA 2/1, MODELO UNISSEX, NO TAMANHO						

<b>2</b>	EXG, NA COR BEGE, CÓS POSTICO, COM ELÁSTICO EMBUTIDO EM TODO O CONTO RNO DA CINTURA, COM 02 BOLSOS FRONTAIS CHAPADOS, SEM BOLSO TRASEIRO, SEM FECHAMENTO, COMPRIMENTO NA ALTURA DO JOELHO, ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE	<b>500</b>	UNID	4161785	617442	18,50	9.250,00
<b>3</b>	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BERMUDA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE, MODELO UNISSEX, TAMANHO GRANDE, O MATERIAL DEVERÁ ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	<b>500</b>	UNID	5466377	617444	14,98	7.490,00
<b>4</b>	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BERMUDA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE, MODELO UNISSEX, TAMANHO GG, O MATERIAL DEVERÁ ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	<b>500</b>	UNID	5466385	617443	16,00	8.000,00
<b>5</b>	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BLUSA FLANELADA, CONFECCIONADO EM 50% DE ALGODÃO E 50% POLIÉSTER, NA COR MARROM ESCURO, MODELO UNISSEX, TAMANHO EG, O MATERIAL DEVERÁ ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	<b>500</b>	UNID	5468078	621047	20,00	10.000,00
<b>6</b>	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BLUSA FLANELADA, CONFECCIONADO EM 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER, NA COR MARROM ESCURO, MODELO UNISSEX, TAMANHO GRANDE, O MATERIAL DEVERÁ ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	<b>500</b>	UNID	5466504	621048	19,34	9.670,00
<b>7</b>	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BLUSA FLANELADA, CONFECCIONADO EM 50% ALGODÃO E 50% POLIESTER, NA COR MARROM ESCURO, MODELO UNISSEX, TAMANHO GG, O	<b>500</b>	UNID	5468051	430177	18,75	9.375,00

	MATERIAL DEVERÁ ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019						
8	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CALÇA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE, MODELO UNISSEX, TAMANHO XG, O MATERIAL DEVERÁ ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	1.000	UNID	5493978	620533	19,31	19.310,00
9	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CALÇA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE, MODELO UNISSEX, TAMANHO GRANDE, O MATERIAL DEVERÁ ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	1.000	UNID	5464250	618815	18,75	18.750,00
10	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CALÇA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE, MODELO UNISSEX, TAMANHO GG, O MATERIAL DEVERÁ ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	1.000	UNID	5466350	620534	18,73	18.730,00
11	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CAMISETA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BRANCA, MODELO UNISSEX, TAMANHO EG, O MATERIAL DEVERÁ ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	1.500	UNID	5493960	358147	12,93	19.395,00
12	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CAMISETA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BRANCA, MODELO UNISSEX, TAMANHO GRANDE, O MATERIAL DEVERÁ ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	1.500	UNID	5466423	620531	10,03	15.045,00
13	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CAMISETA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BRANCA, MODELO UNISSEX, TAMANHO GG, O MATERIAL DEVERÁ	1.500	UNID	5466431	452674	11,46	R\$ 17.190,00

	ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019						
14	SANDÁLIA, EM BORRACHA, DO TIPO DE TIRAS CONFECCIONADA EM COMPOSTO DE PVC INJETADO ( FORMATO DE UM " Y " ), MODELO UNISSEX, NA COR PRETA, TAMANHO 39/40, PALMILHA MACIA, SOLADO ANTITERRAPANTE (BORRACHA VULCANIZADA CONVENCIONAL E ELASTÔMEROS TERMOPLÁSTICOS, COM SUPERFÍCIE SUPERIOR TEXTURIZADA, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO E ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO	500	PAR	4990285	396431	7,95	R\$ 3.975,00
15	SANDÁLIA, EM BORRACHA, DO TIPO DE TIRAS CONFECCIONADA EM COMPOSTO DE PVC INJETADO(FORMATO DE UM " Y " ), MODELO UNISSEX, NA COR PRETA, TAMANHO 41/42, PALMILHA MACIA, SOLADO ANTITERRAPANTE (BORRACHA VULCANIZADA CONVENCIONAL E ELASTÔMEROS TERMOPLÁSTICOS, COM SUPERFÍCIE SUPERIOR TEXTURIZADA, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO E ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO	500	PAR	4990293	396435	8,15	R\$ 4.075,00
16	SANDÁLIA, EM BORRACHA, DO TIPO DE TIRAS CONFECCIONADA EM COMPOSTO DE PVC INJETADO (FORMATO DE UM "Y"), MODELO UNISSEX, NA COR PRETA, TAMANHO 43/44, PALMILHA MACIA, SOLADO ANTIDERRAPANTE (BORRACHA VULCANIZADA CONVENCIONAL E ELASTÔMEROS TERMOPLÁSTICO), COM SUPERFÍCIE SUPERIOR TEXTURIZADA, GARANTIA	500	PAR	4990315	323019	8,95	R\$ 4.475,00

	CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO E ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO						
17	COBERTOR, SOLTEIRO, MISTO, COMPOSTO DE 75% POLIÉSTER, 20% ACRÍLICO, 5% VISCOSE, ANTIALÉRGICO, PESANDO NO MÍNIMO 260G/M², UMA FACE, MEDINDO (LXC) (1,40X2,10) M, NA COR AZUL ÍNDIGO, COSTURA REFORÇADA, ETIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DA CONMETRO Nº 2 DE 06/05 /2008	1.000	UNID	5860105	613564	19,25	R\$ 19.250,00
18	CUECA, CONFECCIONADA EM 100% ALGODÃO, DO TIPO SLIP, NA COR AZUL MARINHO, NO TAMANHO GRANDE, SEM ABERTURA FRONTAL, CINTURA COM ACABAMENTO EM ELÁSTICO	2.000	UNID	1658557	617439	3,20	R\$ 6.400,00
19	PASTA DENTAL, EM CREME, USO ADULTO, PESANDO 90G, MENTA, COMPOSTO DE FLUOR, LAURIL SULFATO DE SÓDIO, SACARINA SÓDICA, ÁGUA, SORBITOL, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA, POLIETILENO GLICOL, CARBOXIMETILCELULOSE, CORANTES, FLUORETO DE SÓDIO, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTÃO PLASTIFICADA	10.000	UNID	3069567	481318	1,40	R\$ 14.000,00
20	ESCOVA DENTAL, ADULTO, COM CERDAS EXTRA MACIA, NA COR AZUL, TIPO COMUM, MODELO ANATÔMICO, FUNCIONAMENTO MANUAL, EMBALAGEM APROPRIADA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA 1480/90 E 97 /96 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	5.000	UNID	163171	398862	0,68	R\$ 3.400,00
21	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO JALECO, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE, MODELO UNISSEX, TAMANHO EG, O MATERIAL DEVERÁ	500	UNID	5466474	356863	18,90	R\$ 9.450,00

	ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019						
22	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO JALECO, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE, MODELO UNISSEX, TAMANHO GG, O MATERIAL DEVERÁ ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	500	UNID	5466466	257416	18,72	R\$ 9.360,00
23	LAMINADO DE ESPUMA, MEDINDO (1,88 X 0,78 X 0,08)M = (CXLXA), COM DENSIDADE 20, NA COR CINZA, AUTO-EXTINGUÍVEL, ANTI-CHAMA, VELOCIDADE DE QUEIMA IGUAL A ZERO, PESANDO APROX. 2,35KG, CONFORME NORMAS ABNT/NBR 9178/2003; 14961/2007; 8537/2003; 13579-1/2011; 9429/2003	1.130	UNID	3949168	459467	69,90	R\$ 78.987,00
24	LENÇOL SEM ELÁSTICO, DE SOLTEIRO, TECIDO MISTO, 67% POLIÉSTER E 33% ALGODÃO, MEDINDO (L X C) (1,40X2,20)M, NA COR BRANCO, LISO, ACABAMENTO COM BAINHA DE 4 CM EM TODA A EXTENSÃO, ETIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CONMETRO N. 02, DE 06/5/2008	2.000	UNID	3666000	617099	9,00	R\$ 18.000,00
25	MEIA, COFECCIONADA EM 70% ALGODÃO 25% POLIAMIDA E 5% ELASTODIENO, TIPO ESPORTE, CANO MÉDIO, NO TAMANHO ÚNICO QUE ATENDENDA DO 37 AO 43, NA COR BRANCA, COM PUNHO RIB (CANELADO VERDADEIRO 1X1), COM 1,5% ELASTANO PARA EFEITO FUNCIONAL DO PUNHO, COM PONTEIRA REFOÇADA, COM COSTURA EMBUTIDA TIPO ROSSO, COM FIO 30	2.000	PAR	3750353	273753	2,99	R\$ 5.980,00
	PAPEL HIGIÊNICO - FOLHA SIMPLES, CLASSE 02, FRAGRÂNCIA NEUTRA, NA COR BRANCA, ALVURA ISO ENTRE 70 - 80%, ÍNDICE DE MACIEZ ENTRE 6,00 - 6,59 NM/G, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO PONDERADA IGUAL OU MAIOR QUE 90 N/M,						

26	QUANTIDADE DE FUROS ENTRE 100 - 500 MM²/M², QUANTIDADE DE PINTAS ENTRE 200 - 500 MM²/M², TEMPO DE ABSORÇÃO DE ÁGUA ENTRE 6,0 - 10,0 S, CONFORME NORMA ABTN NBR 15464-1 E 15134, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: MATÉRIA PRIMA 100% FIBRA VEGETAL, COMPRIMENTO DO ROLO 30 M - COM TOLERÂNCIA DE 2%, COM LARGURA DE 10 CM - COM TOLERÂNCIA DE 2%, DIÂMETRO NO MÁXIMO 11,7 CM, LARGURA DO TUBETE 10 CM - COM TOLERÂNCIA DE 2%, DIÂMETRO INTERNO MAIOR QUE 4 CM, ACABAMENTO GOFRADO, PICOTADO, ROTULAGEM CONTENDO: C/ IDENTIFICAÇÃO DA CLASSE MARCA, QUANTIDADE DE ROLOS, AROMA, METRAGEM DO PAPEL, NOME DO FABRICANTE E FANTASIA, CNPJ, E-MAIL, TELEFONE DO SAC, EMBALAGEM COM BOA VISIBILIDADE DO PRODUTO	400	FD 64RL	2916100	620626	34,40	R\$ 13.760,00
27	SABONETE, EM BARRA, COMUM, (PH ENTRE 5.5 A 8.5) NA COR BRANCA, PARA HIGIENE CORPORAL, PESO 90 GRAMAS, PRODUTO SUJEITO À VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA	10.000	UNID	3061388	444433	0,99	R\$ 9.900,00
28	TÊNIS ESPORTIVO, PARA FUTSAL, MATERIAL SINTÉTICO NO CABEDAL /RASPA NA BIQUEIRA, FORRO INTERNO ACOLCHOADO EM POLIÉSTER, PALMILHA ANATÔMICA FIXA, PERFIL BAIXO, LINGUETA FIXA E AJUSTE DO CADARÇO, ENTRESSOLA EM EVA PARA AMORTECIMENTO, CABEDAL COM COSTURA, SOLADO DE BORRACHA COM PONTO DE GIRO, PRETO, NÚMERO 40, ACONDICIONADO DE FORMA APROPRIADA	500	PAR	5935016	338345	71,75	R\$ 35.875,00

29	TÊNIS ESPORTIVO, PARA FUTSAL, MATERIAL SINTÉTICO NO CABEDAL /RASPA NA BIQUEIRA, FORRO INTERNO ACOLCHOADO EM POLIÉSTER, PALMILHA ANATÔMICA FIXA, PERFIL BAIXO, LINGUETA FIXA E AJUSTE DO CADARÇO, ENTRESSOLA EM EVA PARA AMORTECIMENTO, CABEDAL COM COSTURA, SOLADO DE BORRACHA COM PONTO DE GIRO, PRETO, NÚMERO 42, ACONDICIONADO DE FORMA APROPRIADA	500	PAR	5935040	621191	68,16	R\$ 34.080,00
30	TÊNIS ESPORTIVO, PARA FUTSAL, MATERIAL SINTÉTICO NO CABEDAL /RASPA NA BIQUEIRA, FORRO INTERNO ACOLCHOADO EM POLIÉSTER, PALMILHA ANATÔMICA FIXA, PERFIL BAIXO, LINGUETA FIXA E AJUSTE DO CADARÇO, ENTRESSOLA EM EVA PARA AMORTECIMENTO, CABEDAL COM COSTURA, SOLADO DE BORRACHA COM PONTO DE GIRO, PRETO, NÚMERO 44, ACONDICIONADO DE FORMA APROPRIADA	500	PAR	5935067	618661	84,95	R\$ 42.475,00
31	TOALHA DE BANHO, TAMANHO ADULTO, COMPOSIÇÃO DO TECIDO 100% ALGODÃO, PESANDO NO MÍNIMO 300G/M², CONTRUÇÃO DE FELPA, MEDINDO (LXC) (0,70X1,40)M, NA COR BRANCA, LISO, COM BAINHAS NAS BORDAS, RESISTENTE A PROCESSO DE LAVAGEM INDUSTRIAL, ETIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DA CONMETRO Nº 02 DE 06/05 /2008, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	2.000	UNID	3693716	459484	15,00	R\$ 30.000,00

**VALOR TOTAL: R\$ 511.247,00**

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.



1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar **(ETP) nº 23/2026**, elaborado nos termos do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é da **data de emissão da Nota de Empenho até 31/10/2026**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Subcontratação**

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar **(ETP) nº 23/2026**, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto ESTIMATIVAMENTE no Plano de Contratações Anual **2026**, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

### **PCA 2026**

**Contratação nº 380117-29/2026**

**DFD nº 57/2025**

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar **(ETP) nº 23/202**, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles inseridos na descrição do objeto.

**Indicação de marcas ou modelos** (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não haverá indicação de quaisquer marcas e/ou modelos, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar **(ETP) nº 23/2026**.

### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.3. Na presente contratação não haverá vedação de marca e/ou modelo, desde que os mesmos atendam plenamente as especificações técnicas do objeto contidas no item 1.1 deste Termo de Referência.

#### **Da exigência de amostra(s)**

4.4. Não haverá exigência de apresentação de amostra(s).

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.5. Não haverá exigência de apresentação de carta de solidariedade.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 23/2026.

#### **Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS**

4.7. Em cumprimento ao inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para **todos os itens** desta contratação a participação é **exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP)**, observando o limite legal, conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é **exclusivamente de 01 a 31/10/2026**, em **remessa única**.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s): Complexo Penal de Pirajuí – **Almoxarifado da Penitenciária 01** – Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman, km 6, s/nº, Bairro Aeroporto, Zona Rural – Pirajuí (SP), CEP: 16.602-900.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito **no prazo de até 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo presidente e membros da Comissão de Recebimento de Materiais e/ou Serviços, e/ou pelos respectivos suplentes (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). Eles também serão responsáveis pela emissão dos atestados de recebimento provisório e definitivo dos materiais e/ou serviços constantes nas notas fiscais.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e

fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá **no prazo de 2 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de **até 5 (cinco) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto Estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado **no Banco do Brasil S/A**.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

7.24. A presente contratação **não** permite a antecipação de pagamento parcial e/ou total.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORN.**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será com **entrega imediata (única)**.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### **Habilitação jurídica**

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2005, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação Econômico-Financeira**

8.18. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

## **Qualificação Técnica**

8.19. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.19.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s).

8.19.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.19.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 511.247,00 (quinhentos e onze mil duzentos e quarenta e sete reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **00001/380117**;

II) Fonte de Recursos: **150010001**;

III) Programa de Trabalho: **14.421.3815.6579.0000**;

IV) PTRES 380328 - Provisão de Serviços para Atendimento das Necessidades Materiais Básicas

V) Elemento de Despesa: **339030-12/15/39/63**;

VI) Plano Interno: **007.008.0538**

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



**Pirajuí (SP), na data da assinatura digital.**

---

**VAGNER GULMINI**

CPF: 336.498.688-65

Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos

---

**CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR**

CPF: 289.821.488-41

Chefe de Departamento de Complexo Penal

Modelo conforme:

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Termo de Referência - Aquisição - Licitação

Versão atualizada em: **01/01/2026**

## **11. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VAGNER GULMINI**

Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 15:23:23.*

Despacho: Aprovo o Termo de Referência (TR) nº 75/2026 e autorizo o prosseguimento da contratação, observando-se os dispositivos legais vigentes.

**CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 15:38:16.*

## ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

## Documento de Formalização de Demanda 74/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
74/2026	380117-ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ	VAGNER GULMINI	15/06/2026 14:37 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	29/2026	006.00260388/2026-84

## Informações preliminares

<b>Objeto:</b> Aquisição de <b>itens do kit de higiene para PPL, com entrega única</b> , visando atender as necessidades do Complexo Penal de Pirajuí	
<b>Órgão:</b>	Polícia Penal - Secretaria da Administração Penitenciária
<b>Setor Requisitante (Unidade/Setor/Departamento):</b>	Complexo Penal de Pirajuí - Serviço de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional
<b>Responsável pela demanda:</b>	Leonardo Saes Fazon  Email: lsfazon@sap.sp.gov.br  Telefone: (14) 3572-2920 ramal 203

Data pretendida para a conclusão da contratação: 30/06/2026

Previsão de prazo de execução, após celebração do contrato: 30 dias

Grau de prioridade da contratação: média

## 1. Descrição sucinta do objeto

1.1. Solicitação de aquisição de **ITENS DO KIT DE HIGIENE PARA PPL, COM ENTREGA ÚNICA**, nos termos da tabela abaixo:

ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE	ITEM SIAFÍSICO	ITEM COMPRAS	VALOR UNITÁRIO REFERENCIAL (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
1	BARBEADOR	10.000	UNID	956503	283964	0,56	5.600,00
2	BERMUDA TAM. EG	500	UNID	4161785	617442	18,50	9.250,00
3	BERMUDA TAM. G	500	UNID	5466377	617444	14,98	7.490,00
4	BERMUDA TAM. GG	500	UNID	5466385	617443	16,00	8.000,00
5	BLUSA DE MOLETOM TAM. EG	500	UNID	5468078	621047	20,00	10.000,00
6	BLUSA DE MOLETOM TAM. G	500	UNID	5466504	621048	19,34	9.670,00
7	BLUSA DE MOLETOM TAM. GG	500	UNID	5468051	430177	18,75	9.375,00
8	CALÇA TAMANHO XG	1.000	UNID	5493978	620533	19,31	19.310,00
9	CALÇA TAMANHO G	1.000	UNID	5464250	618815	18,75	18.750,00
10	CALÇA TAMANHO GG	1.000	UNID	5466350	620534	18,73	18.730,00
11	CAMISETA BRANCA TAMANHO EG	1.500	UNID	5493960	358147	12,93	19.395,00

<b>12</b>	CAMISETA BRANCA TAMANHO G	<b>1.500</b>	UNID	5466423	620531	10,03	15.045,00
<b>13</b>	CAMISETA BRANCA TAMANHO GG	<b>1.500</b>	UNID	5466431	452674	11,46	17.190,00
<b>14</b>	CHINELO 40	<b>500</b>	PAR	4990285	396431	7,95	3.975,00
<b>15</b>	CHINELO 42	<b>500</b>	PAR	4990293	396435	8,15	4.075,00
<b>16</b>	CHINELO 44	<b>500</b>	PAR	4990315	323019	8,95	4.475,00
<b>17</b>	COBERTOR	<b>1.000</b>	UNID	5860105	613564	19,25	19.250,00
<b>18</b>	CUECA TAMANHO G	<b>2.000</b>	UNID	1658557	617439	3,20	6.400,00
<b>19</b>	CREME DENTAL	<b>10.000</b>	UNID	3069567	481318	1,40	14.000,00
<b>20</b>	ESCOVA DENTAL	<b>5.000</b>	UNID	163171	398862	0,68	3.400,00
<b>21</b>	JALECO EG	<b>500</b>	UNID	5466474	356863	18,90	9.450,00
<b>22</b>	JALECO GG	<b>500</b>	UNID	5466466	257416	18,72	9.360,00
<b>23</b>	LAMINADO	<b>1.130</b>	UNID	3949168	459467	69,90	78.987,00
<b>24</b>	LENÇOL	<b>2.000</b>	UNID	3666000	617099	9,00	18.000,00
<b>25</b>	MEIA	<b>2.000</b>	PAR	3750353	273753	2,99	5.980,00
<b>26</b>	PAPEL HIGIÊNICO	<b>400</b>	FD 64RL	2916100	620626	34,40	13.760,00
<b>27</b>	SABONETE	<b>10.000</b>	UNID	3061388	444433	0,99	9.900,00

28	TÊNIS 40	500	PAR	5935016	338345	71,75	35.875,00
29	TÊNIS 42	500	PAR	5935040	621191	68,16	34.080,00
30	TÊNIS 44	500	PAR	5935067	618661	84,95	42.475,00
31	TOALHA DE BANHO	2.000	UNID	3693716	459484	15,00	30.000,00

**VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 511.247,00**

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

## 2. Justificativa da necessidade

2.1. A contratação se faz necessária para atender demanda do **Serviço de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional**.

### **JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO DE ITENS DO KIT DE HIGIENE PARA PPL, COM ENTREGA ÚNICA.**

#### **Via Pregão Eletrônico**

A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a aquisição de materiais do kit de higiene, previstos no Plano de Contratações Anual (PCA) – exercício de 2026, destinados ao atendimento das necessidades do Complexo Penal de Pirajuí.

O Complexo Penal de Pirajuí criado por meio do Decreto Estadual nº 69.228, de 23 de dezembro de 2024, integra a estrutura da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, possuindo como finalidade a custódia de pessoas privadas de liberdade, garantindo a segurança, disciplina e condições adequadas de habitabilidade, conforme preceitos legais e normativos vigentes.

A aquisição de materiais do kit de higiene mostra-se imprescindível e contínua, considerando:

A necessidade de manutenção das condições adequadas de higiene e salubridade nas dependências administrativas, operacionais, áreas comuns e pavilhões habitacionais;

A prevenção de doenças infectocontagiosas e a preservação da saúde de servidores, custodiados e visitantes; O cumprimento das normas sanitárias e de vigilância epidemiológica aplicáveis às unidades prisionais;

A garantia da regularidade dos serviços públicos prestados pela unidade, evitando prejuízos à ordem, disciplina e segurança institucional. Ressalta-se que os itens encontram-se devidamente previstos no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, em consonância com o planejamento administrativo e orçamentário da unidade, observando os princípios da eficiência, economicidade e planejamento, previstos na Lei Federal nº 14.133.

Quanto à modalidade, considerando que se trata de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, a contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, garantindo ampla competitividade, isonomia entre os licitantes, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A adoção da forma eletrônica amplia a competitividade do certame, possibilita maior participação de fornecedores, potencial redução de preços e maior eficiência no procedimento licitatório, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Dessa forma, resta plenamente justificada a necessidade de instauração de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para aquisição de materiais do kit de higiene, destinados ao Complexo Penal de Pirajuí, conforme previsão no PCA 2026.

CONTRATAÇÃO 380117-29-2026 - DFD 380117-21/2025 E DFD 380117-57/2025

## 3. Estimativa de quantidade e valores

3.1. A estimativa de quantidades e valores da contratação está prevista no campo 1. Descrição sucinta do objeto, cujo valor total estimado é de **R\$ 511.247,00 (quinhentos e onze mil duzentos e quarenta e sete reais), com entrega única.**

## 4. Vinculação ou dependência com outro DFD

4.1. A execução deste DFD tem dependência prévia com a execução de outros DFD, em cumprimento do disposto no artigo 4º do Decreto Estadual nº 67.689/2023, que regulamenta o inciso VII do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre o plano de contratações anual no âmbito da Administração Pública direta e autárquica.

CONTRATAÇÃO 380117-29-2026 - DFD 380117-28/2025 E DFD 380117-57/2025 (anexos), aprovado no PCA de 2026.

## 5. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### **LEONARDO SAES FAZION**

Chefe de Serviço de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 13:25:29.*

### **RICARDO LUIZAO GARZIM**

Chefe de Serviço de Administração



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 14:35:48.*

Despacho: Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

### **VAGNER GULMINI**

Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 14:05:32.*

Despacho: Autorizo a contratação constante no DFD nº 74/2026. Encaminhe-se à Seção de Finanças e Suprimentos para providências que o caso requer, observando-se os dispositivos legais vigentes.

### **CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 14:37:14.*





## **Administração Penitenciária**

### **GABINETE DO SECRETÁRIO**

### **Resolução SAP - 26, de 1-3-2013**

***Estabelece medidas de padronização para o fornecimento de materiais de higiene e vestuário aos presos custodiados em Unidades Prisionais do Estado de São Paulo***

O Secretário da Secretaria da Administração Penitenciária considerando:

- que o **fornecimento de materiais de higiene e vestuário aos presos**, previsto nos artigos 11, inciso I, e 12, da Lei de Execução Penal, tem sido efetuado de acordo com o critério de cada Gestor Prisional;

- a necessidade de se estabelecer regras padronizadas, para o oferecimento de uma assistência material igualitária em todo o Sistema Penitenciário Paulista;

Resolve:

**Artigo 1º - No ato da inclusão do(a) preso(a)**, além dos procedimentos usuais de identificação e cadastramento, **será fornecido:**

**I – Uniforme completo, cuja composição dar-se-á da seguinte forma:**

**a)**calça;

**b)**camisa tipo jaleco;

**c)**camiseta;

**d)**bermuda;

**e)**chinelo;

**f)**blusa;

**g)**calçado.

**II – Peças íntimas de vestuário masculino:**

**a)**cueca;

**b)**meia.

**III – Peças íntimas de vestuário feminino:**

**a)**calcinha;

**b)**meia;

**c)**sutiã.

**IV – Itens de habitação:**

**a)**laminado de espuma anti-chama;

**b)**travesseiro;

- c) lençol;
- d) toalha de banho;
- e) fronha;
- f) colcha;
- g) cobertor;
- h) toalha de rosto.

**§ 1º** - Os itens descritos nos incisos I e IV, em princípio, serão repostos gradativamente, observando critérios de necessidade e utilização, conforme as demandas verificadas.

**§ 2º** - Os itens constantes dos incisos acima serão de inteira responsabilidade do(a) preso(a), o(a) qual deverá zelar por sua guarda e conservação.

**Artigo 2º - Ainda no ato da inclusão, serão fornecidos itens de higiene pessoal**, cuja composição dar-se-á da seguinte forma:

- I – sabonete;
- II – creme dental;
- III – escova dental;
- IV – aparelho de barbear;
- V – papel higiênico.

**Parágrafo Único** – Nas Unidades Prisionais destinadas a abrigar a mulher presa, também será garantido o fornecimento de absorvente íntimo, em quantidade suficiente.

**Artigo 3º** - Nas Unidades Prisionais destinadas a mulher presa puérpera, será garantido o fornecimento imediato de itens que compõem o enxoval do recém-nascido, na seguinte conformidade:

- I – bolsa;
- II – mamadeira;
- III – cobertor infantil;
- IV – toalha de banho;
- V – babador;
- VI – macacões curto e longo;
- VII – conjunto de pagão;
- VIII – meia.

**Parágrafo Único** – Serão fornecidos os itens de higiene infantil, abaixo discriminados:

- I – shampoo;
- II – sabonete;
- III – haste higiênica flexível;
- IV – fralda;
- V – lenço umedecido.

**Artigo 4º** - Diante da necessidade de se manter a higiene da cela e das demais dependências do pavilhão habitacional, serão fornecidos coletivamente por mês:

- I – sabão em pó;
- II – detergente;
- III – desinfetante;
- IV – panos de limpeza;
- V – escova de roupas;
- VI – vassoura;
- VII – rodo;
- VIII – balde;
- IX – esponja;

§ 1º - Os itens permanentes descritos nos incisos VI, VII e VIII, não serão substituídos caso estejam em condições de uso.

§ 2º - Havendo a necessidade de substituição dos itens elencados no parágrafo anterior, estes deverão ser recolhidos para devida efetivação da reposição.

**Artigo 5º** - A aquisição dos materiais descritos na presente Resolução ficará a cargo das Unidades Prisionais onde os(as) presos(as) estiverem recolhidos(as), observando-se os dispositivos constantes das normas vigentes.

**Artigo 6º** - Caberá ao Centro Administrativo da Unidade Prisional adotar as providências necessárias, nos termos da legislação vigente, no sentido de efetuar a aquisição dos itens elencados na presente Resolução, de modo a garantir condições de fornecimento e de reposição de tais gêneros.

**Artigo 7º** - Compete à Direção do Núcleo de Inclusão o fornecimento e controle dos itens descritos nos artigos 1º e 2º, mantendo em arquivo próprio os comprovantes de entrega, devidamente assinados pelo(a) preso(a) no ato da inclusão.

§ 1º - No ato de entrega dos materiais descritos nos artigos 1º e 2º, dar-se-á ciência ao(a) preso(a) de suas responsabilidades e deveres quanto à guarda e a correta utilização dos mesmos, emitindo-se o correspondente recibo, cuja cópia permanecerá em arquivo próprio.

§ 2º - Nos Centros de Ressocialização, a incumbência descrita nos artigos 1º e 2º, caberá ao Diretor do Núcleo de Segurança e Disciplina.

§ 3º - Nas Unidades Prisionais destinadas a mulher presa puérpera, a entrega dos materiais de enxoval infantil será de incumbência do Diretor do Núcleo de Inclusão, excetuados os Centros de Ressocialização, cuja regra aplicar-se-á nos termos do parágrafo anterior.

**Artigo 8º** - Caberá aos Diretores do Núcleo de Segurança e Disciplina dos plantões diurnos o controle e o fornecimento dos itens de higiene coletiva na forma descrita no artigo 4º.

**Artigo 9º** - Para fins de efetivação de controle, deverá ser utilizado sistema informatizado, visando otimizar os trabalhos e flexibilizar o acesso da ferramenta, devendo ser emitido o correspondente recibo a cada entrega.

**Artigo 10** - Objetivando uma melhor forma de controle e eficácia na reposição dos gêneros constantes da presente Resolução, ficará a cargo da Unidade Prisional designar dia específico para esse fim, sem prejuízo dos procedimentos de segurança e disciplina internos.

**Artigo 11** – No ato da transferência, o(a) preso(a) deverá trajar uniforme completo, devendo devolver os itens excedentes constantes dos incisos I e IV do artigo 1º.

**Parágrafo Único** – O procedimento descrito no caput do presente artigo aplicar-se-á em relação aos(as) presos(as) removidos(as) em caráter de trânsito.

**Artigo 12** – O(A) preso(a) excluído(a) por força de ordem de soltura deverá devolver todos os itens constantes dos incisos I e IV do artigo 1º.

**Artigo 13** – É expressamente vedada toda e qualquer forma de comercialização dos itens descritos na presente Resolução, sendo que o descumprimento acarretará a aplicação das sanções disciplinares previstas nas normas correspondentes.

**Artigo 14** – Os Coordenadores Regionais de Unidades Prisionais e a Coordenadora de Saúde do Sistema Penitenciário, deverão fiscalizar e exigir o efetivo cumprimento dos termos desta Resolução.

**Artigo 15** – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**(Republicado por ter saído com incorreções.)**

*Este conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial*

2.6.2. Item13 – Conector RJ45 – Siafísico 3955745, valor unitário R\$ 5,99, 100 unidades, valor total R\$ 599,00;

2.6.3 Item 20 – Bateria 9V – Siafísico 2904748, valor unitário R\$7,15, 20 unidades, valor total R\$ 143,00;

2.7. TROVO COMERCIAL ELETRICA LTDA - ME, CNPJ: 16.500.873/0001-01;

2.7.1. Item14 - Peça de reposição acessório condulete para suporte RJ45 – Siafísico 5324548, valor unitário R\$ 5,90, 100 unidades, valor total R\$ 590,00;

2.8. COMERCIAL ELETRICA SÃO PAULO - EPP, CNPJ: 62.440.326/0001-97;

2.8.1. Item15 – Condulete Tipo e – Siafísico 2566648, valor unitário R\$ 5,60, 100 unidades, valor total R\$ 560,00;

2.9. MEGACON MANUTENÇÃO PREDIAL E COMERCIO DE MAT.P/ CONSTR EIRELI - ME, CNPJ:27.035.408/0001-55;

2.9.1. Item 16 – Abraçadeira de Fixação – Siafísico - 5162793, 01 (uma) unidade, valor unitário e total R\$ 111,05;

2.10 ISOPRO ISOLAÇÃO E ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS LTDA – EPP, CNPJ: 14.724.961/0001-53

2.10.1. Item 18 – HUB – Siafísico 1522876, 1 (uma) unidade, valor unitário e total R\$ 152,00.

2.11. MAGI SUTEM COMERCIAL LTDA EPP,

2.11.1. Item 18 – HUB – Siafísico 1522876, valor unitário R\$ 36,00, 100 unidades, valor total R\$ 360,00;

2.12. LGATECH INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ: 13.519.276/0001-22;

2.12.1. Item 19 – Passa Fio – Siafísico 341177, valor unitário R\$ 21,00, 03 rolos de 20M, valor total R\$ 63,00.

3. Autorizo o lançamento de nova oferta de compra para os seguintes itens:

3.1. Item 3 - Alicate - Siafísico 4749774;

3.2. Item 6 - Roteador - Siafísico 4191250;

3.3. Item 11 - Kit de Ferramentas - Siafísico 4058984. (Desp. CAVPM-092/430/19)

# Administração Penitenciária

## GABINETE DO SECRETÁRIO

### Resolução SAP-110, de 12-8-2019

*Homologa o Plano de Classificação, o Índice Remissivo e Permutado e a Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Secretaria da Administração Penitenciária*

O Secretário da Administração Penitenciária, considerando que foram cumpridas as exigências estabelecidas pelo Decreto. 29.838/1989, com a edição da Resolução SAP 104, de 21, publicada consecutivamente no órgão oficial do Estado, nos dias 22, 23 e 24-07-2019, resolve:

Artigo 1º - Fica homologado o Plano de Classificação, o Índice Alfabético, Remissivo e Permutado e a Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Secretaria da Administração Penitenciária.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

### Resolução SAP-111, de 12-8-2019

*Altera a padronização dos uniformes utilizados pelos presos recolhidos nos Estabelecimentos Penais da Secretaria da Administração Penitenciária*

Considerando a edição da Resolução SAP-350, de 15-08-2006, publicada no D.O. 155, de 16-08-2006, que alterou a padronização dos uniformes utilizados pelos presos recolhidos nos Estabelecimentos Penais da Secretaria da Administração Penitenciária;

Considerando que o Plano Plurianual 2016 – 2019, em seu Objetivo Estratégico 11, prevê a Gestão Pública comprometida com serviços públicos de qualidade;

Considerando que a Missão da Secretaria de Administração Penitenciária visa proporcionar as condições necessárias de assistência e promoção ao preso, para a sua reinserção social, preservando sua dignidade como cidadão;

Considerando que, com base no artigo 3º da Lei Estadual 1.238/76 e no artigo 4º do Decreto 10.235/77, compete à Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” - FUNAP contribuir para a melhoria das condições da vida do preso;

Considerando, por fim, que dentre os aspectos voltados para a melhoria das condições de vida do preso, encontra-se a busca constante da melhoria da qualidade dos uniformes a serem disponibilizados aos presos, o Secretário da Administração Penitenciária, resolve:

Artigo 1º - Fica alterada a padronização dos uniformes utilizados pelos presos nos Estabelecimentos Penais administrados pela Secretaria da Administração Penitenciária, conforme especificações a seguir descritas:

I – Calça unissex

Calça modelo unissex, confeccionada em tecido 100% algodão, cor bege (Pantone Ref. 171327 TP), atendendo aos seguintes requisitos da norma ABNT 13917: 5.1 ligamento sarja 2x1 (leve), 5.2 espessura 0,40 +/- 0,05mm, 5.3 gramatura de 210g/ m² +/- 5%, 5.4 resistência a tração e 5.5 resistência ao rasgo;

Calça contendo na parte frontal 2 bolsos chapados, fixados com máquina de 1 agulha ponto fixo e com aplicação de travette na parte superior e lateral dos bolsos (ponto de segurança);

Frente com vista falsa, fechada através de máquina interloque, rebatida com máquina de 2 agulhas ponto fixo, finalizada com travette (ponto de segurança);

Na cintura elástico com 4 cm de largura, composto de 73% de poliéster e 27% de elastodieno, fixado com overloque e “rebatido” com máquina de 4 agulhas (4 costuras), costura ponto corrente com média de 7 pontos por polegada, sem passadores de cinto;

Fechamento da parte posterior com interloque e posteriormente rebatido com máquina de 2 agulhas ponto corrente (totalizando 9 linhas no fechamento);

Laterais da calça (direita e esquerda) com fechamento de máquina interloque; Entre pernas (gancho) com fechamento com interloque;

No encontro de gancho de frente, traseiro e entre pernas utilizar travette (ponto de segurança, para evitar aberturas); Acabamento da boca da calça com overloque;

Para as costuras, utilizar linha 100% Poliéster 80 e para overloque fio 100% poliéster, texturizado 150 TEX 18, na cor do tecido;

Embalagem individual em saco plástico transparente.

II – Bermuda unissex:

Bermuda modelo unissex, confeccionada em tecido 100% algodão, cor bege (Pantone Ref. 171327 TP), atendendo aos seguintes requisitos da norma ABNT 13917: 5.1 ligamento sarja 2x1 (leve), 5.2 espessura 0,40 +/- 0,05mm, 5.3 gramatura de 210g/m² +/- 5%, 5.4 resistência a tração e 5.5 resistência ao rasgo;

Bermuda contendo na parte frontal 2 bolsos chapados, fixados com máquina de 1 agulha ponto fixo e com aplicação de travette na parte superior e lateral dos bolsos (ponto de segurança);

Frente com vista falsa, fechada através de máquina interloque, rebatida com máquina de 2 agulhas ponto fixo, finalizada com travette (ponto de segurança);

Na cintura elástico com 4 cm de largura, composto de 73% de poliéster e 27% de elastodieno, fixado com overloque e “rebatido” com máquina de 4 agulhas (4 costuras), costura ponto corrente com média de 7 pontos por polegada, sem passadores de cinto;

Fechamento da parte posterior com interloque e posteriormente rebatido com máquina de 2 agulhas ponto corrente (totalizando 9 linhas no fechamento);

Laterais da bermuda (direita e esquerda) com fechamento de máquina interloque;

Entre pernas (gancho) com fechamento com interloque;

No encontro de gancho de frente, traseiro e entre pernas, utilizar travette (ponto de segurança, para evitar aberturas); Acabamento da boca da bermuda com bainha virada com 2cm de largura, fechada com máquina reta de 1 agulha ponto fixo;

Para as costuras, utilizar linha 100% Poliéster 80 e para overloque fio 100% poliéster, texturizado 150 TEX 18, na cor do tecido;

Embalagem individual em saco plástico transparente.

III – Jaleco unissex:

Jaleco modelo unissex, confeccionado em tecido 100% algodão, cor bege (Pantone Ref. 171327 TP), atendendo aos seguintes requisitos da norma ABNT 13917: 5.1 ligamento sarja 2x1 (leve), 5.2 espessura 0,40 +/- 0,05mm, 5.3 gramatura de 210g/m² +/- 5%, 5.4 resistência a tração e 5.5 resistência ao rasgo;

Gola tipo “V”, aplicada à peça com máquina reta de uma agulha, virada e rebatida com máquina reta de 1 agulha ponto fixo;

Bolso chapado localizado ao lado superior esquerdo (peito), fixado com máquina reta de 1 agulha ponto fixo e reforçado nas extremidades superior com travette;

Ombros, mangas e laterais fechados através de máquina interloque;

Mangas e Bainhas viradas com 2 cm de largura, fechadas com máquina reta de 1 agulha ponto fixo;

Para as costuras, utilizar linha 100% Poliéster 80 e para overloque fio 100% poliéster, texturizado 150 TEX 18, na cor do tecido;

Embalagem individual em saco plástico transparente.

IV – Camiseta unissex:

Camiseta modelo unissex, manga curta, confeccionada em malha cardada 30.1, 100% algodão, gramatura de 160g/m², na cor branca;

Gola tipo “Careca”, confeccionada em ribana 97% algodão, 3% elastano na cor da malha, aplicada à peça com máquina overlock;

Ombros, mangas e laterais fechados através de máquina overlock;

Bainha e mangas com acabamento de 2 cm de largura, fechada na galoneira;

Para as costuras, utilizar linha 100% Poliéster 120 e para overloque fio 100% poliéster, texturizado 150 TEX 18, na cor da malha;

Embalagem individual em saco plástico transparente

V – Blusa flanelada unissex:

Blusa manga longa modelo unissex, confeccionada em tecido moletinho com felpa baixa, 50% algodão/ 50% poliéster, gramatura de 220g/m2, na cor marrom escuro (Pantone Ref. 19-1217 TPX);

Gola tipo “Careca”, punho e bainha, confeccionada em ribana canelada 2x1 98% algodão, 2% elastano na cor do tecido, aplicada à peça com máquina overlock;

Ombros, mangas e laterais fechados através de máquina overlock;

Bainha e punho com 6 cm de largura, fechada com máquina overlock;

Para as costuras utilizar linha 100% Poliéster 80 e para overloque fio 100% poliéster, texturizado 150 TEX 18, na cor do tecido;

Embalagem individual em saco plástico transparente.

Artigo 2º - A alteração na padronização dos uniformes utilizados pelos presos nos Estabelecimentos Penais administrados pela Secretaria da Administração Penitenciária é obrigatória.

§ 1º - Os tamanhos/medidas de cada peça de uniforme deverão, obrigatoriamente, seguir as tabelas de medidas, constantes do anexo da presente Resolução.

§ 2º - Os uniformes deverão ser marcados, em sua parte interna, com os números das matrículas dos presos.

Artigo 3º - Os uniformes deverão ser adquiridos gradativamente e de acordo com a disponibilidade orçamentária/ financeira dos Estabelecimentos Penais e das respectivas Coordenadorias de Unidades Prisionais Regionais e de Saúde do Sistema Penitenciário.

§ 1º - A aquisição deverá ser procedida preferencialmente por meio da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” – FUNAP.

Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução SAP – 350, de 15-08-2006.

Comprimento Manga (cm)	+/- 0,5	25	26	27	28	29	30	31	32
Largura Bolso (cm)	+/-0,5	13	13	13	13	15	15	15	15
Altura do Bolso (cm)	+/-0,5	15	15	15	15	17	17	17	17

CAMISETA UNISSEX REEDUCANDO BRANCA									
MEDIDAS	TOLERÂNCIA (CM)	PP	P	M	G	GG	XG	XGG	EG
Comprimento (cm)	+/- 1,0	69	71	72	73	75	76	77	80
Largura Tórax (cm)	+/- 1,0	52	53	54	56	59	60	62	64
Largura Gola Esticada (cm)	+/- 0,5	34	35	36	37	38	39	40	41
Comprimento Manga (cm)	+/- 0,5	23	23	24	25	26	26	28	28
BLUSA FLANELADA UNISSEX REEDUCANDO MARROM									
MEDIDAS	TOLERÂNCIA (CM)	P	M	G	GG	XG	XGG	EG	
Comprimento (cm)	+/- 1,0	66	67	68	69	73	75	78	
Largura Tórax (cm)	+/- 1,0	58	61	62	65	68	73	80	
Largura Gola Esticada (cm)	+/- 0,5	35	36	37	38	39	40	41	
Comprimento Manga (cm)	+/- 0,5	58	60	61	62	63	64	67	

### Quarto Aditamento ao Termo de Cooperação Técnica Processo SAP/CS 247/2015

Participes: Secretaria da Administração Penitenciária, por intermédio de sua Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário e a Casa Assistencial do Amor e Misericórdia - CAAM.

Objeto: o desenvolvimento de atividades voltadas ao atendimento à saúde das crianças e bebês que se encontram no período de aleitamento materno com suas mães que estão em situação de cárcere para cumprimento de pena na “Ala materno Infantil da Penitenciária Feminina da Capital”.

Vigência: 12 meses, a contar da data de 19-08-2019.

Data da assinatura: 09-08-2019.

## ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DR. LUIZ CAMARGO WOLFMANN

### Comunicado

A Diretora da Escola de Administração Penitenciária “Dr. Luiz Camargo Wolfmann”, por meio do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança Penitenciária, comunica a realização do Curso para Atualização de Pistola Semiautomática PT 100, e baixa as seguintes instruções:

- Objetivo: Atualizar os Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária para o manuseio e operação de pistola semiautomática em serviço.
- Público-Alvo: Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária em exercício nas Unidades Prisionais subordinadas a Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana do Estado.
- Carga Horária: 5 h/a
- Aproveitamento no Curso: O servidor-aluno para ser considerado apto à utilização da arma, deverá obter a frequência de 100%.
- Certificado: Será fornecido certificado aos servidores-alunos considerados aptos, conforme previsto, no item 04, deste Comunicado, que será encaminhado à Unidade Prisional.
- Uniforme: O servidor-aluno deverá comparecer trajando fardamento completo com cinturão, coldre, colete e E.P.I.
- Eixo: IV-Segurança e Disciplina
- Local de realização do curso: Estande de Tiro da Penitenciária I de Franco da Rocha, situada na R. Edgar Máximo Zamboto, KM 44, Franco da Rocha – SP.

Turma 01

Data: 28-08-2019 – das 8h às 12h15

Nº - Nome – RG

Alexandre Sampaio Barros - 23.468.835-X - Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Claudinei Del Ponte - 17.269.976-9 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Cleiton Wagner Ferreira Pires - 19.202.521-6 - Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Edgar Lothar Junghans - 26.548.831-X - Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Edgard Tossato - 14.033.674-6 - Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Elcio Luiz Pastore - 21.255.002-0 - Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Haroldo Pereira Piai - 35.139.800-4 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

José Terto Bezerra - 14.159.016-6 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Marcelo Vince Olivio - 28.223.800-1 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Renato Pereira - 33.990.939-0 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Ricardo Alves Loureiro – 24.867.250-2 - Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Roberto Rosa Camargo - 23.879.011-3 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Rogério Nicolau Barbosa - 27.286.713-5 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Rogério Zampronio - 21.673.363-7 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Sidnei Rogério da Silva - 21.519.485-8 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Vagner Vítal - 18.722.127-3 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Turma 02

Data: 29-08-2019 – das 8h às 12h15

Nº - Nome – RG

Adriano de Sousa Soldani - 20.050.363-7-Hctp I De Franco da Rocha

Adriano Oliveira da Silva - 28.462.797-5 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Armando Conceição dos Santos - 40.725.977-6 - Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Cristiano Paulino Benatti - 26.512.897-3 - Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Doniete Francisco - 24.647.096-3 - Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Edinaldo da Silva Cruz - 22.273.181-3 - Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Francisco das Chagas de Souza - 32.303.550-4 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Ivan Sergio Alves Leobas - 29.496.468-X – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

José Nildo da Silva - 18.930.417-0 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

José Roberto dos Santos - 16.469.380-4 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Laerte Silva - 19.850.940-6 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Maurício de Aguiar e Silva - 26.165.420-2 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Paulo Sergio de Araujo - 21.323.389-7 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Raimundo Cardoso Suzart - 27.797.901-8 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Ricardo de Oliveira - 22.976.621-3 - Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Ricardo Rios de Oliveira - 33.813.648-4 – Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Wagnaldo Pessoa - 19.227.058-8 - Centro de Ações de Segurança Hospitalar

Eduardo Hernandes Monteiro-32251.382-0-Centro de Detenção Provisório de Guarulhos

Jair Cardoso dos Santos-Rg: 42.276.122-9- Centro de Detenção Provisório Feminino de Franco da Rocha

Rangel Conrado Ribeiro-Rg: 40.967.705-X. Centro de Detenção Provisório Feminino de Franco da Rocha (EAP-300/2019)

### Comunicado

A Diretora da Escola de Administração Penitenciária “Dr. Luiz Camargo Wolfmann”, por meio do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança Penitenciária e o Núcleo de Coordenação da Região Oeste, comunica a realização da reunião pedagógica no dia 22-08-2019, no horário das 9h às 12h20, nesta Escola, situada na Avenida General Ataliba Leonel, 556 - Santana - São Paulo/Capital, de acordo com o artigo 2º do Decreto 40.540/95, alterado pelo Decreto 53.878/08.

Eixo Articulador 4: Segurança e Disciplina

Objetivo: Atualização do conteúdo pedagógico da Disciplina de Sindicância e Processo Administrativo.

Nome – RG – Unidade

Odirllei Arruda de Lima – RG 30.268.354-9 – Penitenciária I de Itapetininga “Jairo de Almeida Bueno”.

Jair Rodrigo Ferreira de Oliveira Rocha – RG 43.678.059-8 – Penitenciária I de Itapetininga “Jairo de Almeida Bueno”.

Karin Andrade Zeppellini – 20.216.309-X – Corregedoria Administrativa da Secretaria da Administração Penitenciária.

Renato da Cruz – RG 32.486.243-X – Corregedoria Administrativa da Secretaria da Administração Penitenciária.

Diego Luiz Antonio Marques Silva - RG 44.074.507-X – Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo.

(EAP-299/2019)

### Retificação do D.O. de 10-8-2019

No Comunicado EAP 298/2019, Seção I, fls. 19, em que torna público a realização do Curso de Curso de Direção Defensiva destinado aos Profissionais da carreira de Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária – A EVP, lotados na Base de Escolta da Coremetro, condutores de veículos utilizados em deslocamentos para escolta de presos, previamente indicados pelo Grupo Regional de Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária – GRAEVP da Coremetro, instrutores da disciplina Técnicas de Condução Operacional e Diretores subordinados ao GRAEVP da Coremetro. Inclua-se:

Celso Leandro dos Santos- 29.640.845-1- P. José Parada Neto de Guarulhos;

Claudemir Antonio do Prado- 25.792.897-2- P. Feminina de Santana;

Cleber Gonzaga Soares- 20.234.564-6- P. “Dr. Geraldo de Andrade Vieira” de São Vicente;

Eliton de Lima- 24.214.941.8- CDP Belém I;

Haislan Alves de Moraes- 30.541.318-1- P. Feminina de Santana;

Leandro Sanção Vequiato- 40.920.443-2- P. Feminina de Santana.

### Retificação do D.O. de 15-6-2019

No Comunicado EAP 298/2019, Seção I, fls.17, em que comunica o aproveitamento no Curso para Atualização de Manuseio e Operação de Pistola.40-PT-100. Exclua-se: Carlos Roberto Domenighetti Junior-40.379.548-5-CDP De Vila Independência.

### Retificação do D.O. de 2-8-2019

No Comunicado EAP 291/2019, Seção I, fls.16, em que comunica o Curso de Atualização Imbel-Mod. MD6.

Inclua-se:

Renato César Calandrino-17.071.160-2

Data e horário: 27-08-2019, das 8h às 12h15.

Onde se lê:

14-Davi Silva Santos - 34.038.641-1 – Penit. II de Franco da Rocha

Leia-se:

14- Davi Fernando Pereira- 34.038.641-1 – Penit. II de Franco da Rocha

### Retificação do D.O. de 6-8-2019

No Comunicado EAP 294/2019, Seção I, fls. 17, em que torna público a realização do Curso de Especialização Técnico-Profissional para Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária – Fase II- Teste de Avaliação Física, para os Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana do Estado,



ESP-PENIT. DR.WALTER F.P. QUEIROZ

# Documento de Formalização da Demanda 57/2025

Número do Documento de Formalização da Demanda: 57/2025

## 1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Centro de Segurança e Disciplina	31/03/2026 00:00	380117	RICARDO LUIZAO GARZIM
Descrição sucinta do objeto			
Aquisição de Artigos de Higiene e Uniformes do Kit para Sentenciados			
Justificativa da prioridade			
Entrega de Produtos de Básico de Higiene e Vestuário.			

## 2. Justificativa de Necessidade

A contratação em questão se faz necessária para atender demanda do setor de Inclusão, por meio do Centro de Segurança e Disciplina, para realização de serviços de atendimento das necessidades materiais básicas dos custodiados, conforme determina a Resolução SAP nº 26 de 01 /03/2013 e para composição de estoque dos referidos itens no setor de Almoxarifado.

## 3. Materiais/Serviços

### 3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	ARTIGOS PARA HIGIENE PESSOAL	APARELHO BARBEAR	MATERIAL CABO: CABO PLÁSTICO, MATERIAL LÂMINA: LÂMINA AÇO INOX, QUANTIDADE LÂMINAS: 2 LÂMINAS, TIPO: DESCARTÁVEL <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	15.000,00	1,26	18.900,00
2	VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS	CAMISETA	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FIO 30.1 PENTEADO, 150 G/M², GOLA 97% RIBANA E 3%, COR: BRANCA, TAMANHO: EXTRAGRANDE, TIPO GOLA: CARECA, TIPO MANGA: CURTA, TIPO TECIDO: MALHA 100% ALGODÃO, TIPO COSTURA: TRIPLA GOLA, MANGA E BARRA <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	18,03	36.060,00
3	VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS	CAMISETA	APLICAÇÃO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO DO ÓRGÃO, COR: BRANCA, MATERIAL: MALHA 100% ALGODÃO, FIO 30, TAMANHO: GG, TIPO: UNISSEX, TIPO GOLA: CARECA, TIPO MANGA: CURTA <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	18,03	36.060,00
4	VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS	CAMISETA	APLICAÇÃO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO DO ÓRGÃO, COR: BRANCA, MATERIAL: MALHA 100% ALGODÃO, FIO 30, TAMANHO: G, TIPO: UNISSEX, TIPO GOLA: CARECA, TIPO MANGA: CURTA <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	18,03	36.060,00
5	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	COLCHA CAMA	COR: COM COR, GRAMATURA MÍNIMA: 300, MATERIAL: 100% POLIÉSTER, MEDIDAS MÍNIMAS (C X L): 2,40 M X 1,80, TIPO: LENÇOL DE CIMA / COBERTOR <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	43,60	87.200,00
6	ROUPAS ÍNTIMAS E PARA DORMIR, MASCULINAS	CUECA	MATERIAL: ALGODÃO, TAMANHO: GRANDE, TIPO USO: ADULTO, MATERIAL FORRO: ALGODÃO, MODELO: LISO COM RECORTES DIAGONAIS, COMPOSIÇÃO: 100% DE ALGODÃO, TIPO ABERTURA: SEM ABERTURA FRONTAL <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	1.000,00	10,58	10.580,00
7	ROUPAS ÍNTIMAS E PARA DORMIR, MASCULINAS	CUECA	MATERIAL: ALGODÃO, TAMANHO: EXTRAGRANDE, TIPO USO: ADULTO, MATERIAL FORRO: ALGODÃO, MODELO: LISO COM RECORTES DIAGONAIS, COMPOSIÇÃO: 100% DE ALGODÃO, TIPO ABERTURA: SEM ABERTURA FRONTAL <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	1.000,00	10,58	10.580,00
8	UTENSÍLIOS	LENÇOL		2.000,00	18,07	36.140,00

	DOMÉSTICOS	CAMA	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: USO HOSPITALAR COM COSTURA DUPLA, COR: BRANCO, GRAMATURA MÍNIMA: 150, MATERIAL: CRETONE 100% ALGODÃO, MEDIDAS MÍNIMAS ( C X L ): 2,50 X 1,40, TIPO FIXAÇÃO: SEM ELÁSTICO <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade			
9	MEIAS, LUVAS E OUTROS COMPLEMENTOS DO VESTUÁRIO MASCULINO	MEIA VESTUÁRIO MASCULINO	APLICAÇÃO: ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATOALHADO, COR: BRANCA, MATERIAL: ALGODÃO, TAMANHO: GRANDE, TIPO: ESPORTIVA <b>Unidade de fornecimento:</b> Par	2.000,00	6,08	12.160,00
10	ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE	PAPEL HIGIÊNICO	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FOLHA SIMPLES, GOFRADO, COR: BRANCA, LARGURA: 10, MATERIAL: CELULOSE VIRGEM <b>Unidade de fornecimento:</b> Fardo	500,00	35,29	17.645,00
11	SABONETES, ARTIGOS PARA BARBEAR E DENTIFRÍCIOS	DENTIFRÍCIO	APLICAÇÃO: HIGIENE DENTAL, CAPACIDADE: 90, COMPOSIÇÃO BÁSICA: CREME DENTAL COM FLUOR ATIVO DE (1100 PPM), SABOR: MENTA, TIPO: ADULTO <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	15.000,00	001,96	29.400,00
12	SABONETES, ARTIGOS PARA BARBEAR E DENTIFRÍCIOS	SABONETE	AROMA: SUAVE, ASPECTO FÍSICO: SÓLIDO, COR: BRANCA, PESO: 90 <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	15.000,00	001,30	19.500,00
13	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	TOALHA BANHO	COR: BRANCO, MATERIAL: 100% ALGODÃO, MEDIDAS MÍNIMAS (C X L): 1,40 X 0,70 <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	15,49	30.980,00
14	VESTUÁRIO INFANTO-JUVENIL E COMPLEMENTOS	CHINELO	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO "DE DEDO", COR: PRETA, MATERIAL: BORRACHA, TAMANHO: 41/42 <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	1.000,00	11,00	11.000,00
15	VESTUÁRIO INFANTO-JUVENIL E COMPLEMENTOS	CHINELO	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SOLADO ANTIDERRAPANTE, COR: DIVERSAS, MATERIAL: BORRACHA, TAMANHO: 43 X 44 <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	1.000,00	11,00	11.000,00
16	CUTELARIA E TALHERES	COLHER	APLICAÇÃO: REFEIÇÃO, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, TAMANHO: GRANDE <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	1,00	2.000,00
17	ARTIGOS PARA HIGIENE PESSOAL	ESCOVA DENTAL	APLICAÇÃO: ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO APLICÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO: COM CURVA ACENTUADA, COR: AZUL, FORMATO CABEÇA: TRIANGULAR, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS: NÁILON, MODELO: MACIO, TIPO CABEÇA: PEQUENO, TIPO CABO: ANATÔMICO, TIPO CERDAS: PONTAS ARREDONDADAS <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	2,00	4.000,00
18	LOUÇA E ARTIGOS DE MESA	PRATO	APLICAÇÃO: REFEIÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO, COR: AZUL ESCURO, MATERIAL: PLÁSTICO <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	1,58	3.160,00
19	VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS	LUVA DE PROTEÇÃO	ACABAMENTO PALMA: LISO, APLICAÇÃO: LABORATORIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM FORRO, COR: BRANCA, ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA, MATERIAL: BORRACHA, TAMANHO: GRANDE, TIPO PUNHO: CURTO <b>Unidade de fornecimento:</b> Caixa	50,00	15,35	767,50
20	VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS	BERMUDA	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CÓS COM ELÁSTICO DE 4CM, BRAGUILHA FALSA, BAINHA 2CM, MATERIAL: SARJA 2X1, MODELO: COM BOLSO, TAMANHO: GG, TIPO BOLSO: TRASEIRO <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	33,00	66.000,00
21	VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS	BERMUDA	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CÓS COM ELÁSTICO DE 4CM, BRAGUILHA FALSA, BAINHA 2CM, MATERIAL: SARJA 2X1, MODELO: COM BOLSO, TAMANHO: G, TIPO BOLSO: TRASEIRO <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	33,00	66.000,00
22	VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS	CALÇA	COR: CAQUI, MATERIAL: BRIM SOLASOL 100% ALGODÃO, TAMANHO: 44, TIPO USO: CORPO DE BOMBEIROS <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	47,00	94.000,00
23	VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS	CALÇA	COR: CAQUI, MATERIAL: BRIM SOLASOL 100% ALGODÃO, TAMANHO: 46, TIPO USO: CORPO DE BOMBEIROS <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	47,00	94.000,00
24	VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS	CALÇA	COR: CAQUI, MATERIAL: BRIM SOLASOL 100% ALGODÃO, TAMANHO: 50, TIPO USO: CORPO DE BOMBEIROS <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	47,00	94.000,00
25	LOUÇA E ARTIGOS DE MESA	COPO	CAPACIDADE: 200, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AZUL ESCURO PIGMENTAÇÃO HOMOGÊNEA EM TODA A PEÇA, MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO / POLIPROPILENO <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00	3,50	7.000,00
26	VESTUÁRIO PARA JALECO			2.000,00	37,00	74.000,00



	FINS ESPECIAIS		CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM INSCRIÇÃO NO BOLSO SUPERIOR NA COR MARROM., COR: CAQUI, MATERIAL: TERGAL, POSIÇÃO BOLSOS: 1 SUPERIOR LADO ESQUERDO E 2 INFERIORES, QUANTIDADE BOLSOS: 1 SUPERIOR ESQUERDO E 2 INFERIORES, TAMANHO: SOB MEDIDA, TIPO MANGA: CURTA <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade			
27	ITENS DIVERSOS	ESPUMA	APLICAÇÃO: CONFECÇÃO DE COLCHÃO, ASPECTO FÍSICO: MANTA, 2.000,00 75,90 151.800,00 CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DENSIDADE 33; SEM REVESTIMENTO, ANTI-CHAMA, COMPRIMENTO: 1,88, DENSIDADE: D 33, ESPESSURA: 8, LARGURA: 0,70, MATERIAL: ESPUMA <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade			
28	VESTUÁRIO PARA AGASALHO FINS ESPECIAIS	DESPORTIVO	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MANGA COMPRIDA COM PUNHO E ELÁSTICO, COR: VERDE-OLIVA, MATERIAL: MOLETON, TAMANHO: SOB MEDIDA <b>Unidade de fornecimento:</b> Unidade	2.000,00 62,00 124.000,00		
29	VESTUÁRIO PARA TÊNIS FINS ESPECIAIS		CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENTRESSOLA EM EVA, SEM TRAVAS, MATERIAL: SINTÉTICO, MATERIAL SOLA: BORRACHA, TAMANHO: SOB MEDIDA, TIPO USO: ATIVIDADES FÍSICAS <b>Unidade de fornecimento:</b> Par	1.000,00 149,80 149.800,00		

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELO GARCIA RAMOS  
Diretor do Centro de Segurança e Disciplina

5. Acompanhamento

Id	Acompanhamento	Responsável	Data
1	Ajuste	RICARDO LUIZAO GARZIM	30/06/2025 09:40

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

## ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

**Estudo Técnico Preliminar 23/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 006.00260388/2026-84

**2. Descrição da necessidade**

**2.1.** A aquisição de Itens do Kit de Higiene para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) se faz necessária para atender demanda do Serviço de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional.

O Complexo Penal de Pirajuí possui a responsabilidade legal e institucional de garantir condições mínimas de higiene, saúde, dignidade e bem-estar às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) sob sua custódia, em conformidade com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210 /1984), normativos da Secretaria da Administração Penitenciária, como a Resolução SAP nº 26, de 01/03/2013 e Resolução SAP nº 111, de 12/08/2019, e demais legislações aplicáveis.

Para assegurar o atendimento contínuo dessas necessidades, faz-se necessária a aquisição de itens de higiene pessoal, vestuário, cama e banho, destinados à reposição e distribuição periódica às pessoas custodiadas, evitando situações de desabastecimento que possam comprometer as condições sanitárias, a saúde coletiva, a segurança institucional e a dignidade humana.

Os materiais contemplam itens essenciais de uso diário, tais como barbeadores, creme dental, escovas dentais, sabonetes, papel higiênico, roupas, calçados, lençóis, cobertores e toalhas, indispensáveis à manutenção das condições mínimas de higiene e habitabilidade nas duas unidades prisionais que integram o Complexo Penal de Pirajuí.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Leonardo Saes Fazion	Chefe de Serviço de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

**4.1.** Os materiais deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes do Termo de Referência e observar padrões mínimos de qualidade, durabilidade, segurança e adequação ao ambiente prisional.

A contratação deverá contemplar, entre outros, os seguintes itens:

- Barbeador;
- Bermudas (tamanhos G, GG e EG);
- Blusas de moletom (tamanhos G, GG e EG);
- Calças (tamanhos G, GG e XG);
- Camisetas brancas (tamanhos G, GG e EG);
- Chinelos (numerações 40, 42 e 44);
- Cobertores;
- Cuecas tamanho G;
- Creme dental;
- Escovas dentais;
- Jalecos (GG e EG);
- Laminados;
- Lençóis;
- Meias;

- Papel higiênico;
- Sabonetes;
- Tênis (numerações 40, 42 e 44);
- Toalhas de banho.

A entrega deverá ocorrer de forma integral (entrega única) exclusivamente no mês de outubro de 2026, em decorrência da disponibilidade das cotas de recursos financeiros apenas naquele mês, conforme definido no Termo de Referência, observando os prazos compatíveis com a necessidade operacional da Administração.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram avaliadas as seguintes alternativas para atendimento da demanda:

### Alternativa 1 – Aquisição por meio da FUNAP (para os itens bermuda, calça, camiseta e jaleco)

A Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" – FUNAP possui amparo legal para fornecimento de diversos itens produzidos em oficinas laborais por pessoas privadas de liberdade.

Entretanto, durante a fase de levantamento de mercado, verificou-se que os preços unitários praticados pela FUNAP para os itens acima elencados apresentam valores superiores aos obtidos mediante pesquisa junto ao Sistema Compras.gov. Enquanto a FUNAP apresentou proposta no valor total de R\$179.400,00, a pesquisa no sistema compras, por meio do Relatório nº 34/2026 apurou um total estimado de R\$151.970,00, em valores arredondados, para os mesmos quantitativos dos itens, diferença de R\$27.430,00

ITEM	NAT	MATERIAL	SIAFISCO	COMPRAS	UNID	QUANT.	FUNAP	REF.	SUBTOTAL
2	3063	BERMUDA TAM. EG	4161785	617442	UNID	500	20,10	18,50	R\$ 9.250,00
3	3063	BERMUDA TAM. G	5466377	617444	UNID	500	15,90	14,98	R\$ 7.490,00
4	3063	BERMUDA TAM. GG	5466385	617443	UNID	500	16,30	16,00	R\$ 8.000,00
8	3063	CALÇA TAMANHO XG	5493978	620533	UNID	1.000	26,80	19,31	R\$ 19.310,00
9	3063	CALÇA TAMANHO G	5464250	618815	UNID	1.000	22,40	18,75	R\$ 18.750,00
10	3063	CALÇA TAMANHO GG	5466350	620534	UNID	1.000	25,60	18,73	R\$ 18.730,00
11	3063	CAMISETA BRANCA TAMANHO EG	5493960	358147	UNID	1.500	14,20	12,93	R\$ 19.395,00
12	3063	CAMISETA BRANCA TAMANHO G	5466423	620531	UNID	1.500	11,90	10,03	R\$ 15.045,00
13	3063	CAMISETA BRANCA TAMANHO GG	5466431	452674	UNID	1.500	12,30	11,46	R\$ 17.190,00
21	3063	JALECO EG	5466474	356863	UNID	500	22,40	18,90	R\$ 9.450,00
22	3063	JALECO GG	5466466	257416	UNID	500	19,30	18,72	R\$ 9.360,00
TOTAL									R\$ 151.970,00

Além da questão econômica, constatou-se que os prazos de fornecimento apresentados pela FUNAP são mais extensos quando comparados aos praticados pelo mercado, fator que pode comprometer o abastecimento regular das unidades prisionais.

Dessa forma, embora exista fundamento jurídico para eventual contratação direta junto à FUNAP, tal alternativa não se mostrou a mais vantajosa para a Administração sob os aspectos de economicidade e eficiência.

### Alternativa 2 – Dispensa de Licitação

A contratação por dispensa de licitação não se mostra viável em razão de o valor estimado da aquisição superar os limites legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 para essa modalidade de contratação.

### Alternativa 3 – Pregão Eletrônico

A realização de Pregão Eletrônico apresenta-se como a alternativa mais adequada, por proporcionar ampla competitividade entre fornecedores, potencial redução de custos, transparência, isonomia e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## 6. Descrição da solução como um todo

**6.1.** A solução escolhida consiste na aquisição dos materiais mediante Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, conforme definição do Termo de Referência.

Tal solução atende aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência, competitividade e interesse público, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

**7.1. As quantidades serão definidas com base:**

- Na população carcerária atual;
- No histórico de consumo dos exercícios anteriores;
- Nas projeções de ingresso e movimentação de custodiados;
- Na necessidade de manutenção dos estoques mínimos de segurança.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 511.247,00

**8.1.** O valor estimado será apurado por meio de pesquisa de preços realizada conforme a legislação vigente, utilizando fontes oficiais.

A estimativa preliminar indica que o montante total da contratação ultrapassa os limites legais para contratação por dispensa de licitação, justificando a adoção da modalidade Pregão Eletrônico.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

**9.1.** Em acolhimento ao disposto no artigo 40, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, os itens pretendidos serão licitados por valor unitário, e a entrega será imediata e integral, de parcela única, visando o aproveitamento das peculiaridades do mercado a fim de fomentar a ampliação da disputa entre os licitantes, para obtenção da proposta mais vantajosa, conferindo maior economicidade à administração.

### JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O objeto será entrega única, considerando:

- Facilita a conferência no momento da entrega;
- No controle no armazenamento, observando data de validade;
- A viabilidade logística.

Considerando a diversidade dos itens pretendidos e a existência de múltiplos fornecedores especializados no mercado, recomenda-se o julgamento por itens.

Tal medida:

- Amplia a competitividade;
- Favorece a participação de micro e pequenas empresas;
- Possibilita a obtenção de preços mais vantajosos;
- Evita restrições indevidas à concorrência.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

**10.1.** Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à viabilização da presente aquisição.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

**11.1.** A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do Complexo Penal de Pirajuí e às diretrizes da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, estando prevista, de forma estimativa, no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026.

A aquisição dos itens que compõem o kit de higiene, vestuário, cama e banho destinados às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) constitui demanda contínua e essencial para a manutenção das atividades finalísticas da Administração Penitenciária, contribuindo diretamente para o cumprimento das obrigações legais relacionadas à custódia, assistência material, higiene, saúde e dignidade da população prisional.

A contratação está alinhada aos objetivos institucionais de garantir condições adequadas de habitabilidade, higiene pessoal e coletiva, prevenção de doenças, preservação da saúde dos custodiados e manutenção da ordem e da segurança no ambiente prisional.

Além disso, a realização da contratação por meio de Pregão Eletrônico observa os princípios da eficiência, economicidade e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021, possibilitando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com o planejamento orçamentário e com a adequada gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, verifica-se total compatibilidade entre a necessidade identificada, o planejamento institucional e os instrumentos de gestão vigentes, evidenciando a pertinência e a oportunidade da contratação.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

**12.1.** Com a contratação pretende-se:

- Garantir o fornecimento contínuo dos itens essenciais às PPL;
- Assegurar condições adequadas de higiene pessoal e coletiva;
- Preservar a saúde da população carcerária e dos servidores;
- Evitar desabastecimentos e situações emergenciais;
- Promover melhores condições de dignidade e habitabilidade;
- Obter economia de recursos públicos por meio da competição entre fornecedores;
- Garantir maior celeridade no abastecimento das unidades.

## **13. Providências a serem Adotadas**

**13.1.** Antes da contratação deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Elaboração do Termo de Referência;
- Realização da pesquisa de preços;
- Reserva dos recursos orçamentários;
- Definição dos quantitativos finais;
- Elaboração do edital e demais documentos da fase preparatória.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

**14.1.** O item indicado para compra foi definido de acordo com as necessidades deste Complexo Penal, mediante consulta ao catálogo de materiais disponível no sistema Compras.gov.br, em consonância com as descrições individualizadas constantes no catálogo de

materiais SIAFÍSICO/SP, onde constam as normais vigentes a serem observadas pela contratada para produção, armazenamento e transporte dos materiais, incluindo impactos ambientais e critérios de sustentabilidade.

## POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados de baixa relevância, sendo recomendada a aquisição de produtos que observem normas de qualidade e sustentabilidade aplicáveis, bem como a correta destinação dos resíduos gerados após sua utilização.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação é necessária, adequada, conveniente e plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, orçamentário e jurídico.

A realização de Pregão Eletrônico mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, garantindo economicidade, eficiência e atendimento das necessidades do Complexo Penal de Pirajuí.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### VAGNER GULMINI

Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 14:07:07.

### RICARDO LUIZAO GARZIM

Chefe de Serviço de Administração



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 14:35:57.

Despacho: Aprovo o Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 23/2026 e autorizo o prosseguimento da contratação, observando-se os dispositivos legais vigentes.

**CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 14:37:26.*

Loja

Carrinho

Segurança

**DiCoM**  
Bureau Agência de Comunicação & Marketing**FUNAP**  
Acadêmicos Diretores Recomeçar**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO**Olá COMPLEXO PENAL  
DE PIRAJUI, seja bem  
vindo!**Segunda-feira, 15 de Junho  
de 2026

Manual

Sair

## CARRINHO



Bermuda Sarja REED Bege - EG - 64/66 20,10 — 500 + 10.050,00



Bermuda Sarja REED Bege - G - 48/50 15,90 — 500 + 7.950,00



Bermuda Sarja REED Bege - GG - 52/54 16,30 — 500 + 8.150,00



Calça Sarja REED Bege - XG - 56/58 26,80 — 1.000 + 26.800,00



Calça Sarja REED Bege - G - 48/50 22,40 — 1.000 + 22.400,00



Calça Sarja REED Bege - GG - 52/54 25,60 — 1.000 + 25.600,00



Camiseta REED Branca - EG - 64/66 14,20 — 1.500 + 21.300,00



Camiseta REED Branca - G - 48/50 11,90 — 1.500 + 17.850,00



Camiseta REED Branca - GG - 52/54 12,30 — 1.500 + 18.450,00



Jaleco Sarja REED Bege - EG - 64/66 22,40 — 500 + 11.200,00



Jaleco Sarja REED Bege - GG - 52/54 19,30 — 500 + 9.650,00

Total do Pedido

10.000

179.400,00

Continuar Comprando

Finalizar Pedido





Governo do Estado de São Paulo  
Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel  
Diretoria Adjunta de Comercialização-Assistência Técnica

## PROPOSTA

**Nº do Processo:** 256.00003102/2026-96

**Interessado:** COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

**Assunto:** Venda de uniformes de reeducandos - COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

PROPOSTA DICOM n° 3106/05/2026

São Paulo, 15 de Junho de 2026

A/C: Vagner Gulmini

CLIENTE: COMPLEXO PENAL DE PIRAJUI

ENDEREÇO: EST. VICINAL PREF. ANIBAL HAMAN, KM 06 AEROPORTO PIRAJUI (SP)

TELEFONE: (14) 3572-1666

CNPJ: 96.291.141/0018-28

Em atenção a solicitação de V. S.ª apresentamos proposta de fornecimento de produtos confeccionados pelas Pessoas Privadas de Liberdade do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo.

**AQUISIÇÃO DE PRODUTOS OU CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Os produtos fabricados e reformados nas Unidades de Produção da FUNAP podem ser adquiridos pelos órgãos públicos por dispensa de licitação. Estes são os fundamentos legais da dispensa:

Lei Federal 14.133/21 (Lei de Licitação e Contratos Administrativos):

Art. 75. É dispensável a licitação:

XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

Lei Federal n° 7.210/84 (Lei de Execução Penal):

Art. 35 - Os órgãos da Administração direta ou indireta da União, Estados, Território ou Distrito Federal e dos Municípios adquirirão, com dispensa de concorrência pública, os bens ou produtos do trabalho prisional, sempre que não for possível ou recomendável realizar-se a venda a particulares;

Lei Estadual n° 1.238/76 (Lei que instituiu a FUNAP):

Art. 16 - Ficam dispensadas de licitações as compras que os órgãos da Administração direta ou indireta fizerem à Fundação, desde que referentes a artigos produzidos pelos trabalhadores presos.

Decreto Estadual n° 44.398/99, alterado pelo Decreto Estadual n° 59.177 de 13 de maio de 2013 (Dispõe sobre aquisição de bens e contratação de serviços produzidos pela FUNAP):

Art. 1º - as compras e serviços de interesse dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias, das Sociedades de Economia Mista e das Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado serão, sempre que possível, contratados com a Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" - FUNAP, por meio de dispensa do certame licitatório, desde que os preços praticados:

I - sejam compatíveis com os de mercado;

II - caso superiores aos de mercado, acarretem benefício social que justifique a desvantagem econômica da contratação, nos termos de despacho fundamentado da autoridade competente, que demonstrará, ainda, a proporcionalidade entre o valor da compra ou do serviço e as condições subjacentes à sua produção ou prestação."

CÓDIGO FUNAP	ITEM	SIAFISICO	DESCRIÇÃO	QTD	PREÇO UNITÁRIO	VALOR
4896	654551-3	BERMUDA SRJ REED BG 64/66 EG		500 R\$	20,10 R\$	10.050,00
528	546637-7	BERMUDA SRJ REED BG 48/50 G		500 R\$	15,90 R\$	7.950,00
529	546638-5	BERMUDA SRJ REED BG 52/54 GG		500 R\$	16,30 R\$	8.150,00
545	549397-8	CALÇA SARJA REED BEGE 56/58 XG		1.000 R\$	26,80 R\$	26.800,00
543	546425-0	CALÇA SARJA REED BEGE 48/50 G		1.000 R\$	22,40 R\$	22.400,00
544	546635-0	CALÇA SARJA REED BEGE 52/54 GG		1.000 R\$	25,60 R\$	25.600,00
4898	549684-5	CAMISETA REED BRANCA 64/66 EG		1.500 R\$	14,20 R\$	21.300,00
3237	546642-3	CAMISETA REED BRANCA 48/50 G		1.500 R\$	11,90 R\$	17.850,00
3238	546643-1	CAMISETA REED BRANCA 52/54 GG		1.500 R\$	12,30 R\$	18.450,00
4893	546647-4	JALECO SRJ REED BEGE 64/66 EG		500 R\$	22,40 R\$	11.200,00
549	546646-6	JALECO SRJ REED BEGE 52/54 GG		500 R\$	19,30 R\$	9.650,00

DESCRIPTIVOS			QTD
BERMUDA SARJA DE REEDUCANDO BEGE	Descrição: Bermuda marca FUNAP, para uso de reeducandos, confeccionada em sarja 2x1, na cor bege (ref. 1005/Santanense, 7204/Cedro ou equivalente). Características Técnicas do Tecido: Cor: bege; composição: 100% algodão; Armação: sarja com armação tipo 2 x 1; Gramatura do tecido: 210g/m2 +/- 5%. Detalhes: Cós: Postiço, com elástico embutido em todo o contorno da cintura, vista falsa; Bolso: 2 bolsos frontais chapados, sem bolso traseiro. Costura: Máquina de pregar elástico com 4 agulhas ponto corrente; Máquina de 1 agulha ponto fixo para barra; Interloque bitola larga para fechamento de laterais gancho e entrepernas; Máquina de 2 agulhas ponto fixo paralela para colocação de bolso e vista; Máquina de 2 agulhas ponto corrente paralela para pesponto de gancho; Travete para reforço dos cantos de bolsos, acabamento final da vista e junção do gancho; Overloque para as partes desfiadas do tecido. Embalagem: Acondicionada em saco plástico transparente, individualmente e, armazenados em caixa de papelão.	1.500	

			DESCRIPTIVOS	QTD
CALÇA SARJA REEDUCANDO BEGE	Descrição: Calça marca FUNAP, para uso de reeducandos, confeccionada em sarja 2x1, na cor bege (ref. 1005/Santanense, 7204/Cedro ou equivalente), com 2 bolsos, sendo 2 bolsos dianteiros chapados, fechada através de vista falsa, sem passador de cinto mas com elástico na cintura, na cor bege. Características Técnicas do Tecido: Cor: bege; Composição: 100% algodão; Armação: sarja com armação tipo 2 x 1; Gramatura do tecido: 210g/m2 +/- 5%. Detalhes: Cós: Postiço, com elástico embutido em todo o contorno da			3.000

FUNAP: RUA LÍBERO BADARÓ, 600 - CENTRO, SÃO PAULO/SP, CEP:01008-908 - TEL: (11) 3117-2901 - Site: [www.funap.sp.gov.br](http://www.funap.sp.gov.br) - [www.funap.com](http://www.funap.com)

São Paulo, 15 de Junho de 2026

DESCRITIVOS		QTD
CALÇA SARJA R REDUCANDO BEG E	Cintura, vista falsa; Bolso: 2 bolsos frontais chapados, sem bolso traseiro. Costura: Máquina de pregar elástico com 4 agulhas ponto corrente; Interloque bitola larga para fechamento de laterais gancho e entrepernas; Máquina de 2 agulhas ponto fixo paralela para colocação de bolso e vista; Máquina de 2 agulhas paralela para pesponto de gancho; Travete para reforço dos cantos de bolsos, acabamento final da vista e junção do gancho; Overloque para as partes desfiadas do tecido. Embalagem: Acondicionada em saco plástico transparente, individualmente e, armazenados em caixa de papelão.	3.000
DESCRITIVOS		QTD
CAMISETA REED UCANDO BRANCA	Descrição: Camiseta marca FUNAP, para uso de reeducandos, confeccionada em malha 100% algodão, na cor branca e mangas curtas. Características Técnicas do Tecido: Composição: 100% algodão. Armação: Malha. Cor: Branca. Gramatura do tecido: 240gr/m². Detalhes: Gola: Em tecido de punho específico para gola careca. Mangas: Curtas com bainha e acabamento com costura dupla; Bainha: Acabamento da bainha da camisa com costura dupla. Embalagem: Acondicionada em saco plástico transparente, individualmente e, armazenados em caixa de papelão.	4.500
DESCRITIVOS		QTD
JALECO (CAMIS A) SARJA REED UCANDO BEGE	Descrição: Camisa marca FUNAP, para uso de reeducandos, confeccionada em sarja 2x1, na cor bege (ref. 1005/Santanense, 7204/Cedro ou equivalente), tipo esporte decote em "V", sem botão, manga curta, com bolso superior esquerdo. Características Técnicas do Tecido: Cor: bege; Composição: 100% algodão; Armação: sarja com armação tipo 2 x 1; Gramatura do tecido: 210g/m² +/- 5%. Detalhes: Gola: não tem; Manga: curtas com bainhas fixas; Bolso: 1 bolso chapado, do lado esquerdo superior. Costura: Interloque bitola larga para fechamento das ilhargas, ombros e colocação das mangas; Máquina de ponto fixo de 1 agulha para fixação do bolso; Máquina de 1 agulha ponto fixo para pespontar o decote e bainhas; Travete para reforço dos cantos de bolsos e mangas; Overloque para as partes desfiadas do tecido. Embalagem: Acondicionada em saco plástico transparente, individualmente e, armazenados em caixa de papelão.	1.000

TOTAL DA PROPOSTA		10.000	unidades	R\$	179.400,00
Validade da Proposta	Até 15/07/2026	Após o vencimento da proposta comercial serão reavaliadas as condições d e PRAZO E PREÇO.			
Frete	Entrega feita pela FUNAP no local indicado pelo cliente, sem custo adicional.				
Prazo de Entrega	Até 90 dias a partir do recebimento da Nota de Empenho.				
Condições de Pagamento	30 dias a contar do recebimento da mercadoria.				
Dados Bancários	BANCO DO BRASIL - AGÊNCIA:1897-X - CONTA CORRENTE: 139.520-3 FAVORECIDO: FUNDAÇÃO PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL - FUNAP - CNPJ: 49.325.434/0001-50				
A Nota de Empenho deverá ser emitida em favor da UGE 381184/38045 ou CNPJ: 49.325.434/0001-50 e enviada por e-mail. Enviar dados cadastrais para a emissão de Nota Fiscal.					
A expedição da Nota de Empenho está condicionada a assinatura do Termo Contratual.					
As partes declaram estar cientes e se comprometem a cumprir o preconizado na Lei 13.709, de 14 de agost o de 2018 "Lei de Proteção de Dados" (LGPD).					

Atenciosamente,

JOSE MARCULINO DA SILVA  
GERENTE DE COMERCIALIZAÇÃO

PAULO HENRIQUE COLTRE  
DIRETOR ADJ. DE COMERCIALIZAÇÃO

FUNAP: RUA LÍBERO BADARÓ, 600 - CENTRO, SÃO PAULO/SP, CEP:01008-908 - TEL: (11) 3117-2901 - Site: [www.funap.sp.gov.br](http://www.funap.sp.gov.br) - [www.funap.com](http://www.funap.com)



Documento assinado eletronicamente por **Jose Marculino Da Silva, Gerente - DICOM**, em 15/06/2026, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Coltre, Diretor Adjunto - DICOM**, em 15/06/2026, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0110941382** e o código CRC **A24ED2AF**.

---



Governo do Estado de São Paulo  
Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel  
Diretoria Adjunta de Comercialização-Assistência Técnica

## DECLARAÇÃO

**Nº do Processo:** 256.00003102/2026-96

**Interessado:** COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

**Assunto:** Declarações de Regularidade.



São Paulo, 15 de Junho de 2026

Declaração

Eu, PAULO HENRIQUE COLTRE, representante legal da Fundação "Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel - FUNAP", interessada em participar do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO do (a) COMPLEXO PENAL DE PIRAJUI, declaro sob penas da lei, que, nos termos do parágrafo 6º do artigo 27, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1.989, a FUNAP se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, uma vez que não emprega menor de idade.

São Paulo, 15 de Junho de 2026.

PAULO HENRIQUE COLTRE  
DIRETOR ADJ. DE COMERCIALIZACAO  
RG nº 22.600.878-2

A/C:Vagner Gulmini  
COMPLEXO PENAL DE PIRAJUI  
PROPOSTA DICOM nº 3106/05/2026

FUNAP: RUA LÍBERO BADARÓ, 600 - CENTRO, SÃO PAULO/SP, CEP:01008-908 - TEL: (11) 3117-2901 - Site: [www.funap.sp.gov.br](http://www.funap.sp.gov.br) - [www.funap.com](http://www.funap.com)

São Paulo, 15 de Junho de 2026

Declaração

Eu, PAULO HENRIQUE COLTRE, representante legal da Fundação "Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel - FUNAP", declaro, sob as penas da Lei, para fins de participação na Dispensa de Licitação, que cumprimos integralmente o disposto no Parágrafo Único do artigo 117, da Constituição Estadual, que trata das normas relativas à saúde e segurança no trabalho de nossos empregados.

São Paulo, 15 de Junho de 2026.

PAULO HENRIQUE COLTRE  
DIRETOR ADJ. DE COMERCIALIZACAO  
RG n° 22.600.878-2

A/C: Vagner Gulmini  
COMPLEXO PENAL DE PIRAJUI  
PROPOSTA DICOM n° 3106/05/2026

São Paulo, 15 de Junho de 2026

Declaração

Eu, PAULO HENRIQUE COLTRE, representante legal da Fundação Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel - FUNAP interessada em participar do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO, do (a) COMPLEXO PENAL DE PIRAJUI, declaro sob penas da lei, que esta Fundação, criada por meio da Lei Estadual n° 1.238 de 22 de dezembro de 1976, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data não tem qualquer fato impeditivo à sua Habilitação; não foi declarada inidônea perante a Administração Pública; se compromete a informar a superveniência de decisório que julgue inidônea durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do contrato.

São Paulo, 15 de Junho de 2026.

PAULO HENRIQUE COLTRE  
DIRETOR ADJ. DE COMERCIALIZACAO  
RG n° 22.600.878-2

A/C:Vagner Gulmini  
COMPLEXO PENAL DE PIRAJUI  
PROPOSTA DICOM n° 3106/05/2026



São Paulo, 15 de Junho de 2026

Declaração

Eu, PAULO HENRIQUE COLTRE, representante legal da Fundação "Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel - FUNAP", declaro, para os devidos fins, que inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com esta Fundação e, se ocorre tal impedimento, comprometemo-nos a avisar o órgão contratante.

São Paulo, 15 de Junho de 2026.

PAULO HENRIQUE COLTRE  
DIRETOR ADJ. DE COMERCIALIZAÇÃO  
RG nº 22.600.878-2

A/C: Vagner Gulmini  
COMPLEXO PENAL DE PIRAJUI  
PROPOSTA DICOM nº 3106/05/2026

São Paulo, 15 de Junho de 2026

Declaração

A FUNDAÇÃO "PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL" - FUNAP, com inscrição no CNPJ/MF sob o n° 49.325.434/0001-50, com Inscrição Estadual sob o n° 109.877.086.119, com sede administrativa na Rua Líbero Badaró, n° 600, 7° andar, Centro, São Paulo, SP, CEP: 01008-908, telefone (11) 3150-1010, endereço eletrônico: comercial@funap.sp.gov.br, criada por meio da Lei Estadual n° 1.238 de 22 de dezembro de 1976 com o objetivo de contribuir para a recuperação social da pessoa privada de liberdade e para a melhoria de suas condições de vida, através da elevação do nível de sanidade física e moral, do adestramento profissional e do oferecimento de oportunidade de trabalho remunerado, e pelo seu regimento interno, instituído por meio do Decreto Estadual n° 10.235, de 30 de agosto de 1.977, detém inquestionável reputação ético-profissional e não tem fins lucrativos.

São Paulo, 15 de Junho de 2026.

PAULO HENRIQUE COLTRE  
DIRETOR ADJ. DE COMERCIALIZAÇÃO  
RG n° 22.600.878-2

A/C: Vagner Gulmini  
COMPLEXO PENAL DE PIRAJUI  
PROPOSTA DICOM n° 3106/05/2026

FUNAP: RUA LÍBERO BADARÓ, 600 - CENTRO, SÃO PAULO/SP, CEP: 01008-908 - TEL: (11) 3117-2901 - Site: [www.funap.sp.gov.br](http://www.funap.sp.gov.br) - [www.funap.com](http://www.funap.com)



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Coltre, Diretor Adjunto - DICOM**, em 15/06/2026, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0110941704** e o código CRC **397E3084**.

**MATERIAL KIT - RESOLUÇÕES SAP Nº 26, DE 01/03/2013 E SAP Nº 111, DE 12/08/2019**

**PTRES 380328**

ITEM	NAT	MATERIAL	SIAFISICO	COMPRAS	UNID	QUANT.	FUNAP	REF.	SUBTOTAL
2	3063	BERMUDA TAM. EG	4161785	617442	UNID	500	20,10	18,50	R\$ 9.250,00
3	3063	BERMUDA TAM. G	5466377	617444	UNID	500	15,90	14,98	R\$ 7.490,00
4	3063	BERMUDA TAM. GG	5466385	617443	UNID	500	16,30	16,00	R\$ 8.000,00
8	3063	CALÇA TAMANHO XG	5493978	620533	UNID	1.000	26,80	19,31	R\$ 19.310,00
9	3063	CALÇA TAMANHO G	5464250	618815	UNID	1.000	22,40	18,75	R\$ 18.750,00
10	3063	CALÇA TAMANHO GG	5466350	620534	UNID	1.000	25,60	18,73	R\$ 18.730,00
11	3063	CAMISETA BRANCA TAMANHO EG	5493960	358147	UNID	1.500	14,20	12,93	R\$ 19.395,00
12	3063	CAMISETA BRANCA TAMANHO G	5466423	620531	UNID	1.500	11,90	10,03	R\$ 15.045,00
13	3063	CAMISETA BRANCA TAMANHO GG	5466431	452674	UNID	1.500	12,30	11,46	R\$ 17.190,00
21	3063	JALECO EG	5466474	356863	UNID	500	22,40	18,90	R\$ 9.450,00
22	3063	JALECO GG	5466466	257416	UNID	500	19,30	18,72	R\$ 9.360,00

**TOTAL**

**R\$ 151.970,00**



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

### RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

**Parágrafo único** - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

**Artigo 3º** - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

**I** - advertência;

**II** - multa;

**III** - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

**§ 2º** - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

**§ 3º** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 4º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

**I** - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

**II** - as peculiaridades do caso concreto;

**III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

**1.** a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

**2.** a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

**3.** a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

**4.** a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## **CAPÍTULO II DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 5º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

### **Seção II – Da Multa**

**Artigo 6º** - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 7º** - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

**III** - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

**Artigo 8º** - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

**I** - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

**II** - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

**Artigo 10** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

**I** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

**a)** 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

**b)** 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

**c)** Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

**II** - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

**III** - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

**Parágrafo único** – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

**Artigo 11** - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 12** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

**Artigo 13** - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

**Parágrafo único** - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

**Artigo 14** - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

**Artigo 15** - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

**Artigo 16** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

**§ 1º** - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§ 2º** - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

### Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar



**Artigo 17** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

**Parágrafo único** – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

## Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

**Artigo 18** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

**§ 2º** - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

## CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

**Artigo 19** - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

**Parágrafo único** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

**Artigo 20** - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo único** – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

**Artigo 21** - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**§ 1º** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**§ 2º** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 3º** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 4º** - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

**Artigo 22** - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**Artigo 23** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 24** - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

**Artigo 25** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

**Artigo 26** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

**Artigo 27** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Parágrafo único** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

**Artigo 28** - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

**§ 1º** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

**§ 2º** - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 29** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 30** - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 31** - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 32** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

## **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 33** - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 34** - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

**Artigo 35** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

## MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

(Em papel timbrado da Empresa) – **Constar e-mail e telefone**

**UASG: 380117 – COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ**

**CNPJ: 96.291.141/0018-28**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380117-90014/2026**

**PROCESSO SEI nº 006.00260388/2026-84**

**CONTRATAÇÃO Nº 380117-28/2026**

**CÓDIGO ÚNICO SIAFEM nº 2026 043 091 3**

**DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_**

**OBJETO: ITENS DO KIT DE HIGIENE PARA PPL**

ITEM	DESCRIPTIVO DO ITEM <b>COM MARCA E MODELO</b>	CÓDIGO SIAFÍSICO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
1						
2						
3						
4						
5						

**Valor total: R\$**

Validade da proposta: 60 (trinta) dias

**DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA NO **BANCO DO BRASIL** (EXCLUSIVAMENTE)**

Agência:

Conta

Corrente:

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do fornecedor \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº **380117-90014/2026**, Processo SEI nº **006.00260388/2026-84**, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de

conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data).

---

(Nome/assinatura do representante legal)

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado da Empresa)

CONSTAR **E-MAIL E TELEFONE** DA EMPRESA

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal da empresa \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº **380117-90014/2026**, Processo SEI nº **006.00260388/2026-84**, DECLARO, sob as penas da Lei, que o fornecedor:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição federal.
- d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;
- g) tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)